

O ADULTÉRIO NA TRAMA DOS LIVROS DE LINHAGENS – UM ESTUDO SOBRE AS NARRATIVAS GENEALÓGICAS DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA –

José D'Assunção BARROS*

Resumo: Este artigo objetiva examinar, através de análises de narrativas dos 'livros de linhagens' portugueses dos séculos XIII e XIV, questões relativas ao Imaginário Cavaleiresco medieval e à relação matrimonial interferida pelo adultério. Na primeira parte, são examinadas as relações entre poder, sociedade e o texto linhagístico. Na segunda parte, a análise é direcionada para narrativas específicas que sejam atravessadas pela temática do adultério e de sua repressão de acordo com a ética cavaleiresca e com os costumes nobiliárquicos expressos na realidade literária dos livros de linhagens medievais. A metodologia empregada inclui procedimentos típicos da análise lingüística e semiótica dirigida para a análise de estruturas narrativas.

Palavras-Chave: nobreza medieval; imaginário cavaleiresco; adultério; 'livro de linhagens', genealogia.

Casos de adultério podiam assumir proporções perturbadoras nos tempos medievais, particularmente naqueles meios nobiliárquicos que de um lado eram regrados pela ética cavaleiresca, e de outro por um sistema de alianças matrimoniais onde a mulher e sua fidelidade desempenhavam um valor de primeira ordem. Se em alguns momentos a literatura cortês e a poesia trovadoresca chegaram a estetizar uma determinada forma amor que, por vezes, combinava a paixão abstrata ao amor adúltero de um trovador pela sua Dama casada e inatingível, situação bem distinta costumava pautar a vida cotidiana dos nobres medievais. Colocar em cheque a honra de uma mulher casada e, sobretudo, do seu marido, era perturbar gravemente a ordem cavaleiresca, seja no seu aspecto moral ou no seu aspecto prático.

O cavaleiro medieval vivia em um mundo onde sua imagem deveria ser cultivada zelosamente, particularmente nos aspectos que envolviam questões de honra, e deste zelo pela imagem cavaleiresca dependia não apenas o equilíbrio das relações horizontais do cavaleiro com outros nobres e cavaleiros,

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Niterói). Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras, Rio de Janeiro). O texto que aqui se apresenta faz parte de uma Pesquisa desenvolvida junto ao Real Gabinete Português de Leitura com o apoio da 'Fundação Calouste Gulbenkian'.
Endereço eletrônico: jose.assun@globo.com

como também as relações verticais relativas aos seus subordinados e dependentes. Em vista disto, a literatura medieval também está repleta de *exempla* que impõem aos seus leitores a valorização da fidelidade e a brutal depreciação das práticas adúlteras. Dos romances de cavalaria às crônicas e às fontes hagiográficas, é farto o material narrativo que tematiza o adultério como um fator perturbador da ordem.

O presente artigo buscará mostrar como a temática do adultério atravessa um conjunto de fontes dos mais singulares da Idade Média portuguesa: os livros de linhagens. Estas fontes de natureza genealógica, da qual nos chegaram três importantes conjuntos, serão tomadas como pontos de partida para compreendermos como se davam nesta sociedade as relações entre 'Imaginário Cavaleiresco' e práticas adúlteras. Com isto, estaremos aptos também a perceber como se entreteciam neste universo narrativo, e na realidade vivida que o circundava, os poderes e micropoderes que estruturavam a nobreza medieval portuguesa e suas relações com outras forças sociais como a burguesia e a realeza.

Antes de mais nada, vejamos o que eram os chamados "livros de linhagens". Temos aqui uma modalidade de texto que deve ser inserida no âmbito das genealogias. Os textos genealógicos, em sua forma mais irredutível, correspondem a uma seqüência de nomes e de relações entre os nomes que constituem uma determinada rede familiar ou linhagística, e seu objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com freqüência a denominação "nobiliários". Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como "livros de linhagens", e assumiram feições muito específicas. Diferentemente das genealogias recorrentes nos demais países europeus do ocidente medieval, as genealogias ou 'livros de linhagens' de Portugal, e na verdade da península Ibérica, tinham a clara peculiaridade de alternarem a modalidade genealógica propriamente dita – a mera listagem de nomes, por assim dizer – com narrativas mais alentadas, de diversos tamanhos e teores¹.

Por outro lado, em comum com outras modalidades genealógicas, tão recorrentes nos diversos países europeus do ocidente medieval, os livros de

¹ Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem sua forma definitiva. São conhecidos três livros de linhagens: o *Livro Velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1 – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o "Livro Velho" e o "Livro do Deão") e 2 – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (MATTOSO e PIEL, 1980).

linhagem também costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstituir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que a todos se tornava visível através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua 'identidade', explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos linhagísticos.

Conforme se disse, muitas vezes as genealogias européias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, é precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV, e mais particularmente ainda no Portugal dos séculos XIII e XIV, que as genealogias assumiram adicionalmente esta característica bastante singular: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita. Assim, nesta modalidade de texto, um tipo de 'discurso genealógico' em forma de lista familiar – que descreve passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um 'discurso narrativo' que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – o mais bem acabado livro de linhagens da Idade Média portuguesa. A narrativa escolhida, por ora apenas selecionada com vistas a mostrar mais claramente a forma híbrida destes textos que constituíam habitualmente os livros de linhagens, apresenta ainda um interesse adicional. Trata-se de um dos mais impactantes casos de adultério tematizados pelas narrativas dos livros de linhagens. Vejamos em primeiro lugar os aspectos formais, ponto de partida para melhor compreendermos a significação e o contexto dos livros de linhagens no seio da nobreza medieval portuguesa:

“Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte

annos. [... Prossegue por uma enumeração e nomeação dos descendentes de Dom Rodrigo Froiaz e de Dom Rodrigo Gonçalves de Pereira, seu neto, donde descendem os 'Pereiras', chegando por fim a Rodrigo Gonçalves ...]. Este dom Rodrigo Gonçalves foi casado com dona Enês Sanches. Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalves foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntaram porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem algua cousa em que possuem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalves casado com dona Sancha Anriquiz de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no titulo XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo, ... “[e assim por diante ...] (LL 21G11)

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples, mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente – não apenas dos amantes adúlteros, como também de uma pequena população conivente ou displicente em relação à transgressão. A narrativa funciona em múltiplas direções. Antes de mais nada confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear sua personalidade e reafirmando o seu valor no universo simbólico linhagístico – isto ao mesmo tempo em que deprecia a honra da esposa adúltera, e talvez de seus eventuais filhos e netos (estes, aliás, não são mencionados na seqüência genealógica, configurando-se aqui mais um item significativo de exclusão social). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, conforme a descrição genealógica que se segue, vê-se algo valorizado este novo ramo linhagístico por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora. Este ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos 'Pereiras', patrocinadora de um refundidor do *Livro de Linhagens* que em 1382 introduz no texto, entre outras, a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma seqüência genealógica específica. Por outro lado, a narrativa justifica, talvez, uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário).

Sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum* – oferecendo um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e que estabelece interditos de várias espécies.

As interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Materiais narrativos diversos costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o ‘registro familiar restrito’ com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas. Narrativas valorativas ou depreciativas, conforme veremos, eram bastante comuns nos livros de linhagens como forma de favorecer ou desfavorecer o prestígio das personagens nobiliárquicas envolvidas, e uma mesma narrativa podia simultaneamente depreciar certos indivíduos nobres e supervalorizar outros, com vistas a colocar em relevo determinados ramos linhagísticos através da ação de seus antepassados. Na narrativa exemplificada, tal como se viu, saem claramente fortalecidos os ramos linhagísticos derivados do nobre que puniu exemplarmente as personagens adúlteras, enquanto subsistem depreciados as personagens envolvidas negativamente com a prática adúlterina.

Esclarecida a forma típica desta modalidade literária que era o livro de linhagens, poderemos aprofundar agora uma nova questão, a dos conteúdos narrativos que estas fontes encaminham. Será necessário entender, de saída, que tinham origens diversas as narrativas que eram interpoladas nos livros de linhagens para esclarecer, enaltecer ou depreciar aspectos familiares concernentes aos vários membros da nobreza portuguesa e ibérica (em tempo: os livros de linhagens portugueses referiam-se não apenas a famílias nobres portuguesas como também a outras linhagens hispânicas). Muitas vezes, uma narrativa, que mais tarde se veria interpolada em um livro de linhagens, tinha vida própria e prévia através de uma circulação oral na qual os trovadores medievais desempenhavam um papel central.

Os mesmos poetas que costumavam cantar melodias trovadorescas nos saraus nobiliárquicos e palacianos eram também os difusores de narrativas diversas envolvendo personagens da nobreza de sua época e, sobretudo, os seus ancestrais. Costumavam recitá-las oralmente nas festas aristocráticas, em praça pública, nas reuniões e espetáculos, e muitas destas narrativas foram posteriormente incorporadas aos livros de linhagens precisamente porque se referiam às personagens aristocráticas que eram descritas através das listagens genealógicas. Também podia se dar que, antes de virem a integrar um livro de linhagens, estas narrativas circulassem em cadernos individuais que mais tarde se perderam. A existência destes cadernos individuais ou de

folhas avulsas onde possivelmente as narrativas eram anotadas antes de virem a integrar um livro de linhagens deve ser presumida a partir de uma reflexão sobre os diversos mecanismos possíveis para a preparação ou realização de uma performance narrativa oral. Examinemos algumas possibilidades.

A performance oralizada de uma narrativa, em alguns casos, deve ou pode se sustentar previamente em um texto de base utilizado ou como roteiro de orientação ou como texto rigoroso para a memorialização. Podemos nos referir ainda ao caso da leitura em voz alta de um texto – seja a partir da folha pertencente ao orador, ou então a partir de um livro já estabelecido. No caso, é bom lembrar que o *Livro Velho*, bem como algumas das crônicas que depois se tornaram fontes para os outros dois nobiliários, eram contemporâneas aos saraus palacianos nos quais circulavam oralmente as narrativas que mais tarde seriam inseridas no *Livro do Deão* e no *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, e deste modo a leitura do *Livro Velho* podia também fazer parte das atividades culturais aí desenvolvidas. Nada disto exclui, naturalmente, a co-presença da performance oralizada mais pura, inclusive aquela que vem carregada de elementos de improvisação e de interação com o público.

O pressentimento de todas estas práticas diversificadas, em que se imbricam oralidade e algum nível de escrita, permanece de algum modo no âmbito especulativo, uma vez que não possuímos relatos dos próprios narradores e trovadores da época a respeito de seus sistemas de exposição e performance. Mas isto não impede que reflitamos sobre as ‘estratégias editoriais’ envolvidas na concretização dos nobiliários. A este respeito, devemos lembrar que mesmo o mais simples ato de conceder uma nova disposição a textos previamente selecionados é, de certa forma, compor já um novo texto. É em função dos leitores que deseja ou imagina atingir, e em função de *como* os deseja atingir, que o editor-compiler orienta sua seleção, os modos como organiza este material selecionado, o seu enquadramento em títulos – isto sem falar nos cortes operados, nas pequenas alterações, e, particularmente no caso dos nobiliários, na maneira como se alterna o material narrativo com a descrição genealógica.

Por outro lado, há notáveis implicações decorrentes da passagem, para um *corpus* narrativo, de narrativas que antes estavam isoladas. Seja uma versão narrativa que se acha registrada isoladamente em uma folha ou caderno individual, ou seja uma narrativa que faz parte do repertório de um trovador que a apresenta eventualmente no espetáculo trovadoresco, a passagem destas peças isoladas para o *corpus* do nobiliário as transforma de imediato, sobretudo porque estas narrativas passam a estar contaminadas pela proximidade das outras narrativas, pela sua alternância com uma lista genealógica, por novas conexões que até então não podiam ser imaginadas. Coabitando o mesmo *corpus* que outros textos, a narrativa antes isolada passa a dispor de novas vozes. Mas, de maneira inversa, pode-se dar que a narrativa seja também separada de um *corpus* anterior, de menores ou maiores dimensões, para ser reintroduzida em um novo *corpus* – e nesta operação novos sentidos também

podem lhes ser surpreendentemente acrescentados. Pode-se dar ainda que, em casos como este, algo se cale na passagem de um para o outro *corpus*, ou que uma mensagem que antes era explícita torne-se agora implícita, suplicante por complexas decifrações que antes seriam dispensáveis.

Apenas para dar um exemplo dentro do repertório possível de estratégias editoriais, podia-se quebrar em duas, com a interpolação de uma série de citações genealógicas, uma narrativa que em sua performance oral nos saraus palacianos seria única. Ou, ao contrário, podia-se fundir duas narrativas separadas em uma seqüência única. A interposição de comentários curtos devia por outro lado remodelar com freqüência uma narrativa original, fosse esta oriunda da tradição oral ou de uma versão escrita previamente consultada. Em outros casos, o editor-compilador podia achar necessário fazer o texto remontar a uma narrativa ou referência genealógica já incluída em outra parte do nobiliário (“este Dom Fulano de quem falamos é aquele que, conforme dissemos no título tal, descende de Dom Sicrano, e que venceu uma batalha contra os mouros”). Estas remissões internas criam novas possibilidades de intertextualidades a serem percebidas pelos leitores e ouvintes, e, conseqüentemente, novas possibilidades de padrões de inteligibilidade. Com o ato de conectar, ou de oferecer a possibilidade de que seja lida uma conexão entre dois relatos que de outra forma estariam desligados, o editor-compilador cria novas modalidades de leitura para sua obra e as insere no repertório de práticas criadoras da leitura (estas que deverão ser empreendidas pelo próprio leitor)². Estas questões serão particularmente úteis quando retomarmos em seguida algumas narrativas com vistas a examinar a questão que nos ocupa neste ensaio, a saber, a tematização do adultério nos livros de linhagens. Examinaremos em seguida uma das mais impressionantes narrativas do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pois ela bem demonstra algumas destas questões:

“E em seendo moço pequeno aconteceo gram cajam a seu padre dom Fernam Rodriguez, porque ua covilheira de sa molher dona Estevainha fazia mal com uu peom, e ia cada dia ao serão a el, a uu pomar des que se deitava sa senhor, e levava cada dia o pelote de sa senhor vestido. E dom Fernam Rodriguez nom era entom l. E dous escudeiros seus que l ficaram virom-nos uas tres noites ou quatro, e como entrava o peom a ela per cima de uu çarrado do pumar a fazer mal sa fazenda sô ua de arvor.

Quando chegou dom Fernam Rodriguez espedirom-se-lhe os escudeiros e foram-se, e tornaram a ele outro dia e contaram-lhe esta maneira, dizendo

² Roger Chartier, aliás, observa que “por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma ‘caça furtiva’ nos dizeres de Michel de Certeau” (CHARTIER, 1990-b, p.123; CERTEAU, 1980. p.279-296).

que sa molher fazia tal feito, e que a virom assi uas tres noites ou quatro. E disserom que fosse dali e que lho fariam veer. E ele foi-se e tornou i de noite a furtu com eles aaquele lugar u eles soiam a estar. E a cabo de pouco virom viir a covilheira pera aquele logar meesmo, e tragia vestido o pelote de sa senhor bem como soia. E dom Fernam Rodriguez foi pera la quanto pode, e travou no peom, e enquanto o matava, fugio ela pera casa e colheo-se sô o leito u sa senhor jazia dormindo com seu filho dom Pero Fernandez nos braços. E des que Fernan Rodriguez matou o peom, endereçou para o leito u jazia sa molher dormindo com seu filho, e chantou o cuitelo em ela e matou-a. E des que a matou pidio lume, e quando a achou jazer em camisa a seu filho a par de si, maravilhou-se e catou toda a casa, e achou a aleivosa da covilheira com o pelote vestido de sa senhor sô o leito, e preguntou-lhe porque fizera tal feito. E ela lhe disse que fezera como maa. E ele mandou-a matar e queimar por aleivosa.

E ficou com gram pesar deste cajam que lhe acontecera, que bem quisera sa morte. E filhou outro dia, e vestio uus panos de saial, e foi perante o emperador, que era o seu padre dela, e disse assi: ‘Senhor, eu, seendo casado com dona Estevainha, vossa filha, de que siia mui bem casado e muito honrado, como mui bôa dona que ela era, matei-a sem merecimento, e por esto me digo aleivoso; pero, senhor, que mento, ca a matei per tal e per tal maneira’, como ja dissemos. E contou-lhe a ma-neira toda. ‘E esto, senhor, foi por cajam, ca nom por. E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença, e a sentença foi esta. Disse: ‘Dom Fernam Rodriguez, eu vos dou por boo e por leal, ca este feito bem parece que foi mais por cajam que al, e assi sodes vós sem culpa. Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha.

Este dom Fernom Rodriguez houve virtude em quantas lides entrou, totalas venceo. El venceo o conde dom Henrique de Lara e matou-o, e prendeo o conde dom Nuno seu irmão duas vezes, e assi fez com quantos cristãos e mouros lidou” (LL 11C7)

O argumento central da narrativa é organizado em torno de uma suspeita de adultério que desde o princípio da trama é apresentada ao leitor-ouvinte como falsa, e que conduz a um assassinato perpetrado injustamente. Ao final do relato, coloca-se uma derradeira complicação – que para nós será da maior importância – e que se refere ao fato de o nobre apresentar-se ao imperador para ser julgado, mas sendo este na verdade o pai da vítima. Esta superposição de dois papéis, o de ‘rei mediador’ e o de ‘pai da vítima’, traz à tona um novo e intrincado problema cavaleiresco. Por tudo isto, estamos mais uma vez diante de uma narrativa linhagística que realiza de diversas maneiras o circuito da ‘afirmação / transgressão cavaleirescas’.

As personagens, cada qual ao seu modo, circulam no universo dicotomizado da ‘afirmação / transgressão cavaleirescas’. A alcoviteira, a grande vilã da história, inscreve-se integralmente no circuito da transgressão. O cavaleiro nobre – ao mesmo tempo réu e vítima de uma tragédia que condiciona a sua

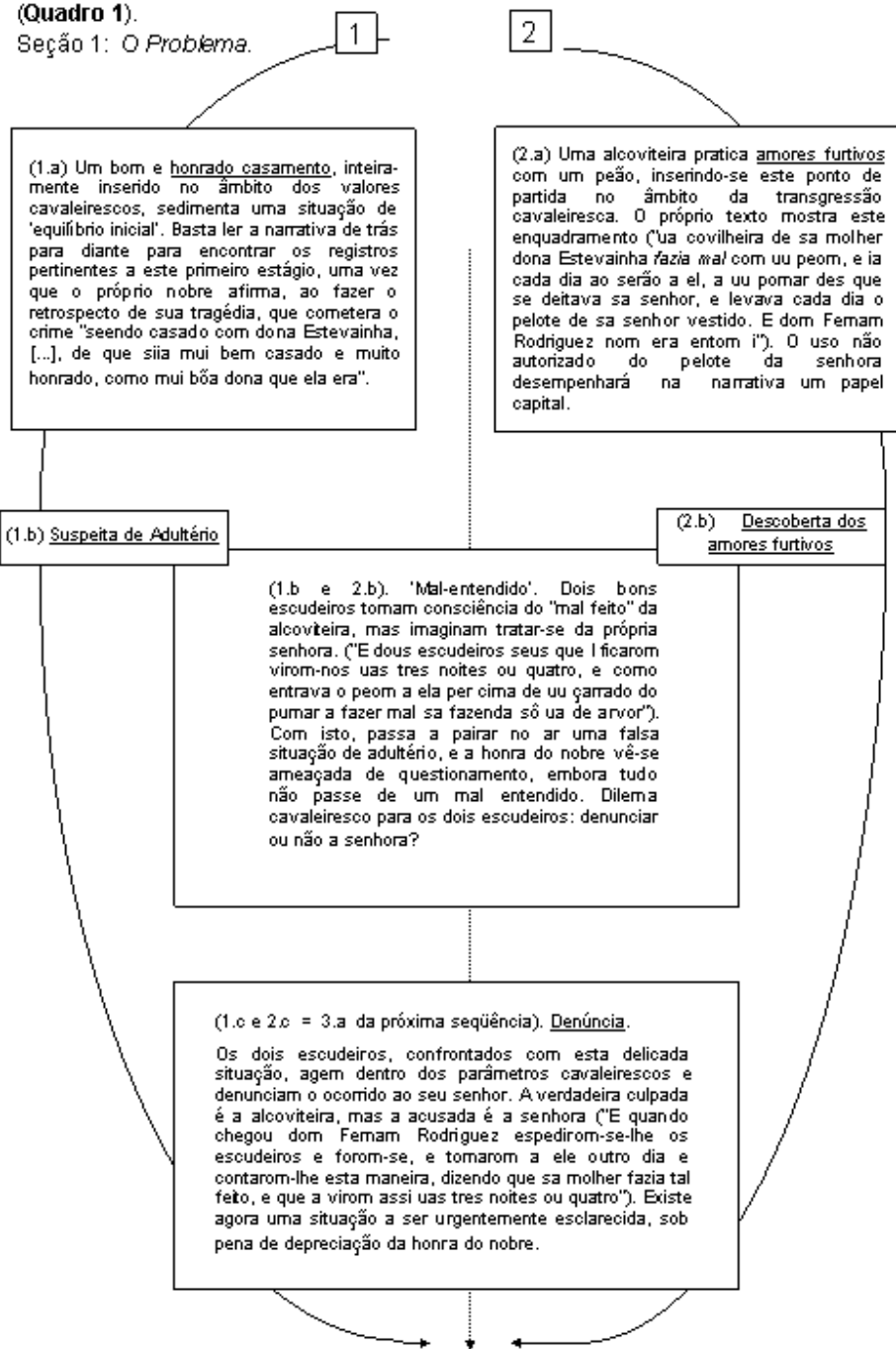
própria ação – é arrastado inconscientemente para a transgressão de um assassinato injusto, inserindo-se portanto no caso típico de ‘trajeto inconsciente para o âmbito não-cavaleiresco’. A mulher do nobre tem uma participação inteiramente passiva: entra e morre na trama sem nada dizer ou fazer, o que não impede que a sua honra seja questionada e depois resgatada (circulando, portanto, entre os circuitos da afirmação e da transgressão cavaleiresca). Os escudeiros cumprem o seu papel: são olheiros do seu senhor e portam-se cavaleirescamente ao denunciar o que pensavam ser um adultério. Inserem-se integralmente, desta forma, no âmbito cavaleiresco. O peão (amante da alcoviteira), apesar de inteiramente passivo na trama, também ocupa um espaço de transgressão, uma vez que se torna um dos veículos com que se mostra ideologicamente que o não-nobre não pode ocupar um lugar reservado aos nobres.

Empreenderemos, de acordo com o ‘Quadro 1’, uma reconstrução analítica da trama. Dividiremos a narrativa em três grandes seções: ‘o Problema’, ‘a Ação’ e ‘o Julgamento’. Partiremos do entrelaçamento inicial de duas seqüências principais que constituirão uma verdadeira espinha dorsal para a primeira seção desta tragédia cavaleiresca. Chamaremos de ‘1’ e ‘2’ a estas duas seqüências fundamentais, e resumiremos a seguir, ocasionalmente em duas colunas, a série de proposições narrativas que se sucedem para a primeira seção do texto.

(2.a) Uma alcoviteira pratica amores furtivos com um peão, inserindo-se este ponto de partida no âmbito da transgressão cavaleiresca. O próprio texto mostra este enquadramento (“ua covilheira de sa molher dona Estevainha *fazia mal* com uu peom, e ia cada dia ao serão a el, a uu pomar des que se deitava sa senhor, e levava cada dia o pelote de sa senhor vestido. E dom Fernam Rodriguez nom era entom i”). O uso não autorizado do pelote da senhora desempenhará na narrativa um papel capital.

(Quadro 1).

Seqção 1: O Problema.



Com relação a esta primeira seção narrativa, há alguns aspectos a elucidar. Um primeiro problema cavaleiresco foi já colocado e já resolvido. Partimos da cena clássica do casamento que deveria ser honroso e que, no entanto, é perturbado pela cena de adultério (no caso, uma *falsa* cena de adultério). O adultério era forma de transgressão cavaleiresca tipicamente aberta para as figuras femininas (enquanto as figuras masculinas dispõem ainda de outros recursos para transgredir o código cavaleiresco, como no caso das traições vassálicas, das ações injustas, ou das cenas de covardia).

Em uma narrativa bem conhecida do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, (“Rodrigo Gonçalves”, LL 21G11), já apresentada no início deste ensaio, temos precisamente o caso de um nobre que, ao tomar conhecimento da traição de sua esposa com um frade, resgatara sua honra ferida com uma vingança brutal e radical – não apenas voltada contra os adúlteros, mas contra todos os habitantes de seu castelo. Vale a pena lembrar, para propósitos comparativos, esta vingança exemplar que já havíamos registrado em momento anterior:

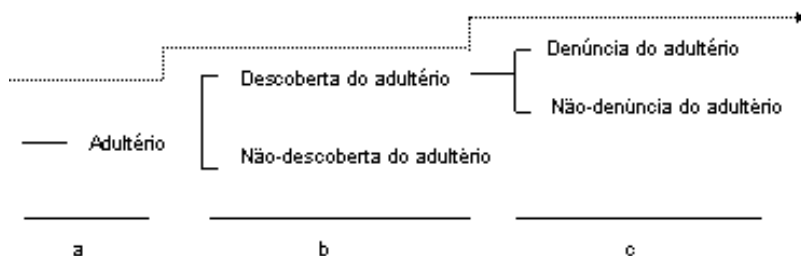
“Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vestir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntaram porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem algua cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descobrir”

A narrativa sobre o adultério de Lanhoso pode contribuir para lançar luz sobre esta que agora analisamos. Ali vemos que a idéia fundamental de que a comunidade ou os indivíduos que não denunciarem um adultério cometido – desde que possuindo para com o nobre traído deveres ou de ordem vassálica ou de ordem senhorial – tornam-se plenamente coniventes com a transgressão cavaleiresca, o que é claramente explicitado pela narrativa acima. Ora. É precisamente este o primeiro dilema trazido pela narrativa que neste momento analisamos – no caso um dilema sofrido pelos dois ‘bons escudeiros’ que foram incumbidos de zelar pelos pertences do senhor ausente (inclusive pela esposa, bem maior no inventário cavaleiresco).

Identificado o adultério, ou o que parece ser adultério, surgem imediatamente duas alternativas: denunciá-lo, ou ignorá-lo. Para um ‘bom escudeiro’, que tem laços de fidelidade a cumprir para com o seu senhor, existe um único caminho em pontilhado que ele deve necessariamente seguir – sob pena de tornar-se tão conivente com a transgressão cometida como o fora a comunidade senhorial da narrativa antes citada (com o recurso à imagem metafórica do ‘caminho em pontilhado’, pretendemos nos referir a este ‘ideário cavaleiresco’ que deve guiar os passos do ‘bom nobre’.

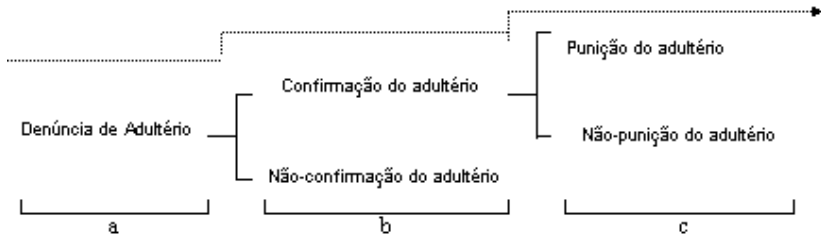
O 'bom escudeiro', enfim, não pode conceber outra alternativa senão a de denunciar a transgressão perpetrada contra a honra de seu suserano. Somente seguindo este ditame em pontilhado ele pode permanecer no âmbito cavaleiresco. Na verdade, ele não somente é responsável por *denunciar* o adultério cometido, como de certa forma é responsável por *descobrir* o adultério cometido. Não estar atento às infrações cometidas também o tornaria culpado. 'Não denunciar' a transgressão percebida, então, seria coroamento de uma ação não-cavaleiresca em paralelo, que se torna virtualmente possível a partir do próprio ato adúlterino.

Poderíamos traduzir o problema aqui desenvolvido consoante o modelo de análise seqüencial proposto pelo semiólogo Claude Bremond (1973). Para este autor, uma vez aberta uma possibilidade virtual qualquer, passam a ser acionadas a seguir, sucessivamente, vários pares de alternativas que podem ser avaliadas como positivas e negativas. Já adaptando esta proposta analítica à situação narrativa que presentemente estudamos, teríamos o seguinte esquema seqüencial:



Para o 'bom nobre', especificamente o envolvido em relações de fidelidade para com a vítima do dano adúlterino, apenas o caminho superior é permitido – sendo ele ocasionalmente responsável tanto pelo descobrimento da transgressão, como por sua denúncia. Se procurarmos agora avançar mais além na seqüência de alternativas possíveis, veremos que a seguir se abrirá necessariamente, após uma eventual confirmação do adultério, um novo par alternativo que corresponde à 'punição / não-punição dos adúlteros'. Esta etapa terá de ser cumprida obrigatoriamente pela própria vítima do adultério, que para agir dentro dos ditames cavaleirescos deverá lavar a própria honra com todo o rigor possível. No mundo cavaleiresco não é possível delegar o cumprimento desta etapa a um outro, e por isto os bons escudeiros não podem senão denunciar a transgressão ao seu suserano, cabendo a este agir em defesa da própria honra.

A segunda seção da narrativa, descrita nestes termos, partirá exatamente do ponto em que encerramos a seção anterior. Com a denúncia encaminhada pelos bons escudeiros, existe agora uma suspeita de adultério que precisa ser esclarecida. Uma vez confirmada, ela deverá ser exemplarmente punida. Há, também aqui, um caminho em pontilhado que deve necessariamente ser percorrido.



Este é o caminho em pontilhado, frisamos mais uma vez, que sintoniza habitualmente com os modelos de comportamento idealizados propostos pela realidade literária dos livros de linhagens. Isto não quer dizer que, no mundo concreto da rede de expectativas e reciprocidades que se estabelecem entre os indivíduos, este caminho não admita negociações face a elementos circunstanciais. Algumas narrativas, trazendo à tona este vivido mais flexível, chegam mesmo a mostrar situações em que os indivíduos negociam ou manipulam este caminho padronizado que a rigor deveria desembocar na punição de ambos adúlteros. Vale a pena desviar nossa atenção, por um momento, para uma narrativa que coloca em confronto o ‘rei’ (Afonso Henriques) e um ‘nobre’ (Gonçalo de Souza). O rei desempenha o papel do adúltero; Gonçalo de Sousa é a vítima ultrajada do adultério; sua mulher é a esposa que trai. A narrativa informa que, valendo-se da hospitalidade de Gonçalo de Souza, o rei aproveita-se da oportunidade para “donear” a esposa do fidalgo que o acolhia:

“E quanto lhe [siam] (?) adubando de comer, foi el rei a ver sa molher, que havia nome dona Sancha Alvarez, filha del conde Dom Alvaro d’Astuiras, e começou-lha... d[onear] (?). E Dom Gonçalo de Sousa entrou pela porta e vi-o assi seer e pesou-lhe ende muito, e disse-lhe ‘Senhor, levantade-vos d’id e [comede] (?), ca adubado o teedes” (LL 22A5)

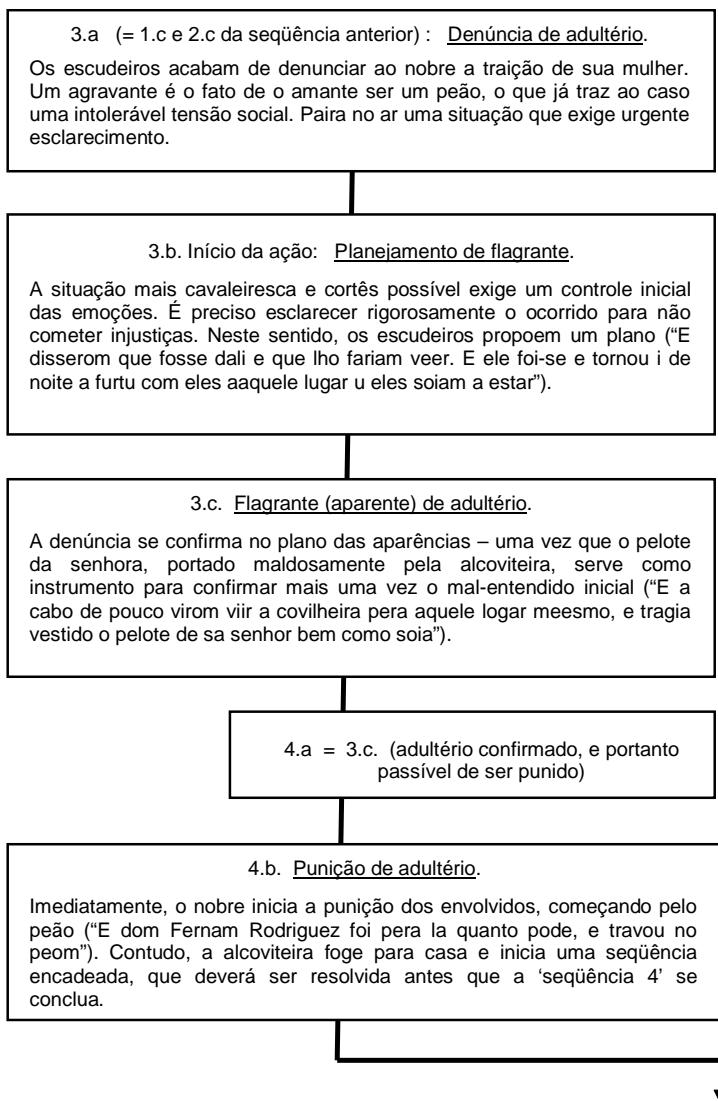
Agora o cúmplice do adultério não é meramente um peão, mas o próprio rei de Portugal. Isto exige, naturalmente, negociações e manipulações do processo de reparação da honra. Diante desta situação delicada, o nobre prefere apenas trocar sutilmente alguns insultos com o rei, e desviar toda a punição para a esposa (castigo aplicado diante do rei e que vale por uma afronta adicional):

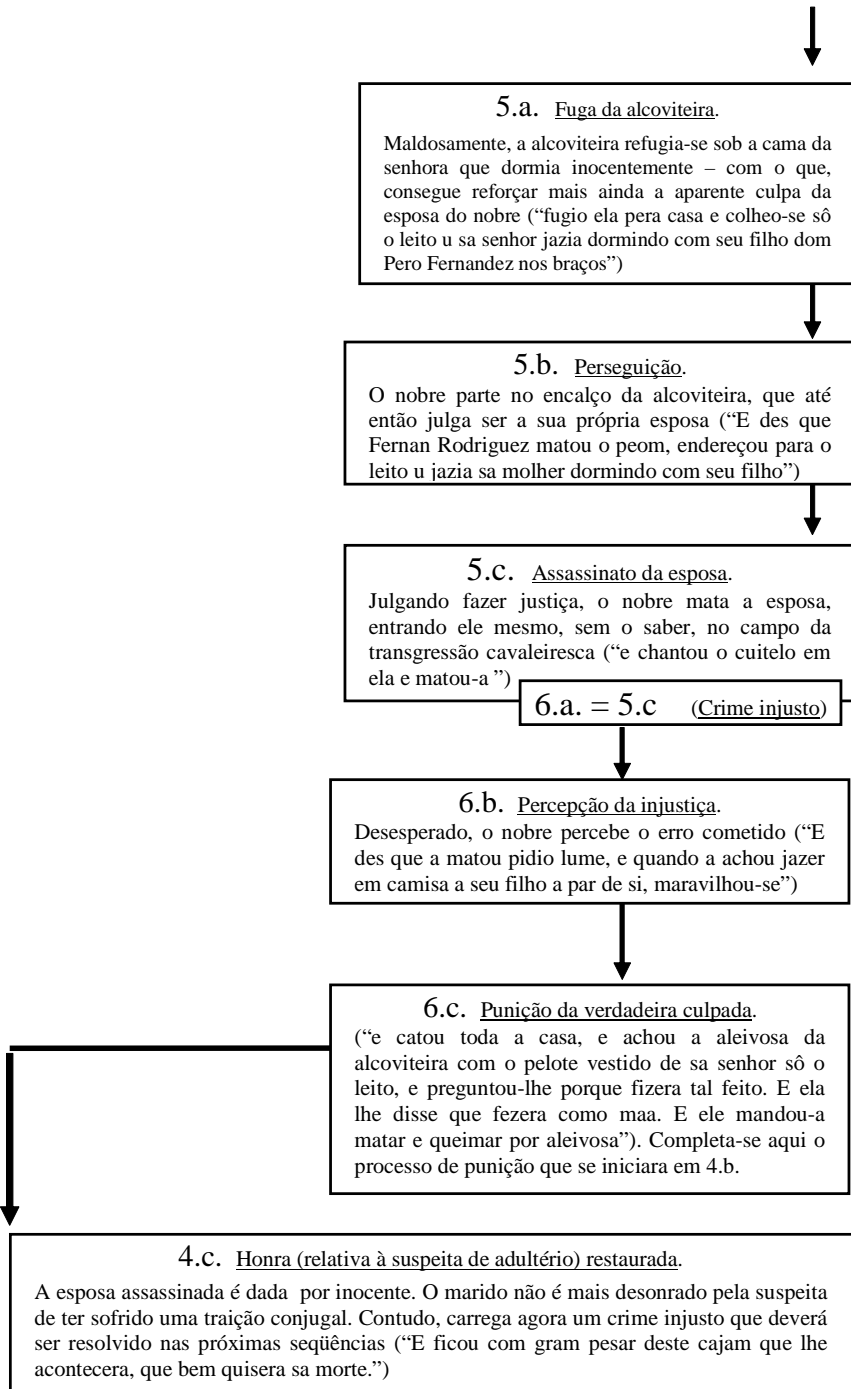
“E el sendo comendo filhou Dom Gonçalo sa molher e trosquiou-a e ... ua pele a avessas, e pose-a em cima d’uu sendeiro d’albarda, o rostro contra o rabo do sendeiro, e uu home com ela e nom mais, e [mandou-a] (?) pera sa terra, perante u el rei estava com muitos [apu]pos que lhi davam p...as e rapazes (?) e el rei teve-se por desonrado desto, e disse-lhe: ‘Dom Gonçalo, por mais pouco ca esto cegou em ... Atei uu adeantado de meu avoo sete condes’. E el lhi disse: ‘Senhor, cego-os a torto, e morreo porem”

A defesa da honra, como se vê, admite concessões. Mas voltemos ao nosso *exemplum* linhagístico, bem mais sintonizado com o modelo radical de comportamento cavaleiresco previsto para os casos de adultério. Prossigamos na esquematização da narrativa “Dona Estevainha”, decifrando esta que consideraremos a segunda seção do relato.

(Quadro 2).

Seção 2: A
ação





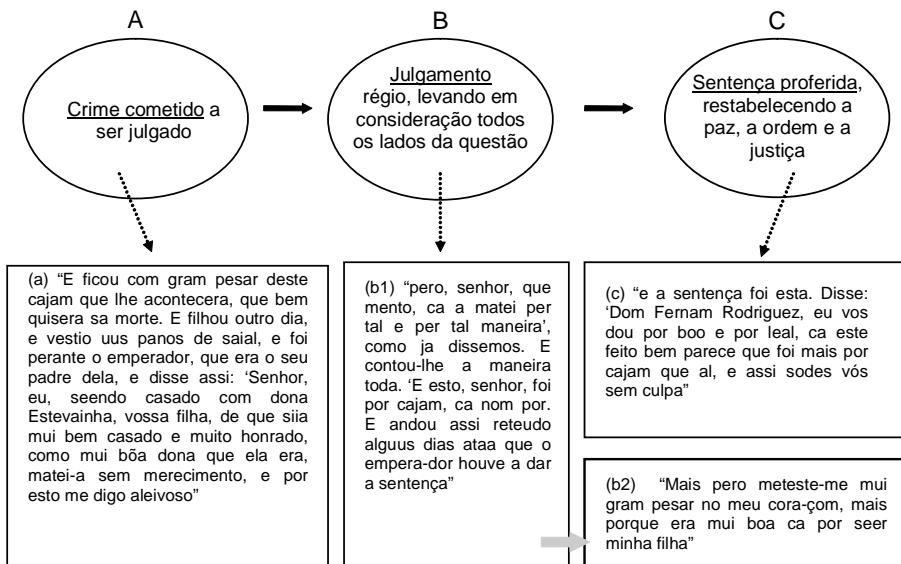
O 'quadro 2' resume esquematicamente a segunda parte da trama, agora mais especificamente em uma fase da narrativa onde se desenvolve a ação propriamente dita. Chegamos ao termo desta segunda zona narrativa com algumas questões bem colocadas para a questão que estamos presentemente examinando, a saber, a questão de como um determinado imaginário cavaleiresco que atravessa as narrativas linhagísticas assume funções normatizadoras relativamente ao universo aristocrático literário e extraliterário. Alguns percursos cavaleirescos foram coerentemente resolvidos. A esposa, inteiramente passiva, havia deslizado na imaginação das demais personagens para o plano da transgressão cavaleiresca – isto enquanto se encontrava sob a falsa acusação de um adultério. Agora retorna, embora já sem vida mas em todo o caso com a honra resgatada, ao plano da valoração cavaleiresca. A alcoviteira, reconhecidamente má ("Ihe disse que fezera como maa"), é exemplarmente punida (situação clássica do transgressor condenado). Mas o 'bom nobre' acaba de adentrar o campo da transgressão cavaleiresca, no instante mesmo em que percebeu ter cometido um assassinato injusto, e isto será uma pendência que ainda espera ser resolvida no âmbito desta complexa narrativa.

Seguindo o modelo do habitual trajeto dos 'modelos de transgressão involuntária' que se encontram presentes na série de narrativas linhagísticas, o que inclui inúmeros outros relatos que não puderam ser tratados aqui, o 'bom nobre' não descansará enquanto não realizar o percurso de volta. Sabemos de antemão que será bem sucedido – uma vez que o discurso linhagístico movimenta-se por um repertório de caminhos já traçados, sempre reservando um bom retorno aos nobres que se conservam essencialmente bons. De fato, depois de toda a tragédia ocorrida, esta da qual ainda teremos que decifrar a última parte, o final da descrição linhagística reservar-lhe-á glórias e homenagens prontas a reafirmar o seu perfil cavaleiresco, acentuando-lhe as vitórias que, de certa forma, são correspondentes a um juízo maior e à própria aprovação divina dos seus atos:

"Este dom Fernom Rodriguez houve virtude em quantas lides entrou, totalas venceo. El venceo o conde dom Henrique de Lara e matou-o, e prendeo o conde dom Nuno seu irmão duas vezes, e assi fez com quantos cristãos e mouros lidou" (LL 11C7, fecho da descrição linhagística)

Mas é preciso examinar precisamente *como* se dá o retorno, pois é nas variantes do trajeto de volta que se esconde, via de regra, a grande lição moral da narrativa linhagística. É assim que – uma vez consciente da injustiça cometida contra a esposa sob a forma de irreparável assassinato – o nobre compreende-se, a meio caminho de sua fatídica desventura, como um desonrado transgressor das normas cavaleirescas e cristãs. Munido de seu desesperado arrependimento, este bom nobre vai agora ao imperador para lhe pedir que julgue o caso. Coloca a princípio a sua própria vida nas mãos do 'rei-

mediador', na esperança de que isto possa aplacar a necessidade cavaleiresca de justiça. Ocorre que, neste caso, o imperador é o próprio pai da vítima, e é isto que traz precisamente o problema novo – verdadeiro *exemplum* trazido pelo nobiliário para a educação do bom governante. Trocando em miúdos, o imperador é ao mesmo tempo o 'rei-mediador' que deve julgar, e um dos cavaleiros envolvidos indiretamente na querela a ser julgada. E o seu ofício de rei exige que ele saiba discernir perfeitamente uma situação da outra. A esquematização da última seção da narrativa é relativamente simples (Quadro 3):



O conteúdo do último quadrado (b2), embora finalize a narrativa, faz parte da segunda etapa lógica da seqüência – onde (b1) e (b2) correspondem, na verdade, à etapa do julgamento em que são ouvidos todos os lados. O nobre expôs o caráter fatídico e involuntário do seu crime; o 'imperador-pai' expõe o seu pesar pela perda irreparável da filha. Mas é em (c) que o 'imperador-juiz' deverá se pronunciar, esquecendo-se por um instante, em magnífico esforço de imparcialidade, que ele é também o pai da vítima. Demonstraremos, a partir deste fecho narrativo, que mais uma vez o 'rei-mediador' é instrumento de uma força maior, e que algo julga acima dele: o próprio 'código cavaleiresco'.

Víramos, atrás, que cada etapa percorrida pelos nobres envolvidos na tragédia fora rigorosamente necessária. Os escudeiros haviam se limitado a seguir um caminho cavaleiresco em pontilhado, denunciando um adultério de que suspeitavam. O nobre não poderia agir de outra forma: confirmado o aparente adultério, estaria transgredindo o código cavaleiresco se não punisse os culpados. Como agravante carregado de conotações sociais, havia ainda o

fato de o amante ser um simples peão, mesmo que um 'inocente útil' – de sorte que este é o primeiro a ser punido com a morte³. Ao assassinar em seguida a esposa, uma vez que fora irreparavelmente iludido pelo truque do pelote, o nobre encerrava um percurso rigorosamente necessário dentro dos ditames cavaleirescos. O leitor-ouvinte dos nobiliários, insistiremos em dizer, está plenamente familiarizado com este circuito de necessidades. O rei-mediador, agora encarregado de proferir um julgamento final sobre todo o ocorrido, deve representar simultaneamente este leitor-ouvinte, o cronista que relata a tragédia, os 'bons nobres' das realidades literária e extra-literária, e o próprio código cavaleiresco. Ele deve encarnar, em positivo, o próprio universo da afirmação cavaleiresca.

É aqui que identificamos a narrativa como um instrumento sintonizado com a leitura nobiliárquica do poder régio – um instrumento particularmente voltado para enfatizar a superioridade do código cavaleiresco sobre os demais aspectos que devem construir o próprio ofício de rei. O texto assim resume o processo de justiça régia:

“E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença, e a sentença foi esta. Disse: ‘Dom Fernam Rodriguez, eu vos dou por boo e por leal, ca este feito bem parece que foi mais por cajam que al, e assi sodes vós sem culpa. Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha”

Entre vingar-se, como um homem de sentimentos comuns que dificilmente poderá reparar de outro modo a morte da filha, e expressar uma acurada compreensão dos caminhos cavaleirescos, o rei opta pela segunda alternativa. Cumprir magnanimamente o seu ofício de rei, sempre regido pelos valores cavaleirescos – também este é mais um caminho em pontilhado que coroa a sucessão de necessidades expressa pela narrativa. Conforme fizemos notar, o rei não deixa de dar voz ao seu papel como nobre comum, pesaroso pela morte brutal da filha (“Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha”). Mas tudo isto está dentro do que dele se espera como bom ‘mediador de conflitos’. Afinal, o ‘rei mediador’ deve ouvir todas as partes (inclusive, neste caso, a si mesmo) e somente depois julgar o ocorrido com toda a neutralidade possível. Trata-se de uma decisão difícil e penosa, que o cronista do nobiliário acentua ao ressaltar

³ De fato, uma das funções ideológicas da narrativa, ou um dos muitos sentidos que podem ser extraídos do “vazio do discurso”, é aquele que aponta para a idéia de que o “peão” (o “não-nobre”) não pode ocupar uma posição reservada aos nobres. Tanto o “peão” como a “alcoviteira” são punidos pela ultrapassagem simbólica deste interdito. Com a atuação da alcoviteira este sentido ideológico fica ainda mais claro, uma vez que ela se apropria do “pelote” da dama nobre, dando origem ao mal-entendido que inicia a tragédia de “Dona Estevainha”.

o espaço de dias entre a narração do crime pelo seu próprio autor e a sentença finalmente proferida pelo rei (“E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença”). “Reteúdo” ou pesaroso está o criminoso involuntário, mas na verdade também o próprio monarca que deverá julgar o crime – ao mesmo tempo ‘rei’ e ‘nobre comum’.

A compreensão de que o trajeto para a transgressão cavaleiresca dera-se involuntariamente está bem expressa no veredicto do imperador: “ca este feito bem parece que foi mais por cajam que al”, “Cajam” é palavra que expressa muitos significados afins, como ‘acidente’, ‘desastre’, ‘infelicidade’, ‘desacerto’, mas sobretudo, particularmente para o caso que presentemente estudamos, ‘fatalidade’. É por fatalidade que o bom nobre se vê envolvido na trama, não devendo por isto ser punido. Esconderá esta fatalidade uma lição ainda maior, não já para o imperador ou para o nobre finalmente inocentado, mas para o próprio cronista e para seus leitores-ouvintes? Estenderemos o olhar para mais além da presente interpolação nobiliárquica, em busca de esclarecimento. Examinando globalmente o título linhagístico em que a narrativa se insere (tit.XI), e já buscando intertextualidades esclarecedoras, deparamo-nos com uma descrição genealógica imediatamente anterior (dois pontos acima). Ela insere-se na referência linhagística ao avô de Dona Estevainha (vítima da tragédia atrás descrita). Os personagens mencionados são a mãe e o tio daquela dama que mais tarde, como vimos, seria brutalmente assassinada por uma fatalidade além do controle dos bons nobres:

“E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Alvaro da Fita, e fez em ela uu filho e ua filha. / E o filho houve nome de Martim Fernandez e foi mui boo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos; e a filha houve nome dona Sancha, e demandou-a o imperador, e ela, com medo de seu irmão, nom se atreveo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois foi-se pera o emperador e foi sa barregã. E o emperador houve com ela ua filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodriguez de Castro. E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emmenda de sa alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro” (LL 11A6)

Eis que um novo sentido vem acrescentar-se à narrativa já analisada. Existem algumas pendências e transgressões anteriores, incluindo um crime igualmente brutal, que já se arrastam pelo circuito familiar ao qual nos referimos. O próprio imperador quisera tomar a futura mãe de dona Estevainha por barregã, possivelmente sem chegar a um acordo com o irmão da dama requisitada (já vimos que a ‘barregania’ é francamente tolerada para as amantes do rei, o que não deixa de implicar, naturalmente, em acordos entre as famílias envolvidas). Obstinação em tornar-se amante do imperador, dona Sancha resolve assassinar traiçoeiramente o irmão que obstaculizava a concretização do relacionamento, dando-lhe por isto peçonha e matando-o com a idade de vinte e seis anos.

Dona Estevainha, assim, nasce marcada por um crime familiar, e por uma convivência passiva do imperador seu pai. A seguir fielmente os ditames cavaleirescos, o imperador não poderia compactuar com a covardia traiçoeiramente cometida. Caberia-lhe, pelo menos, repudiar a dama que, pondo fim à vida de um bom cavaleiro que bem cumpria o seu papel de irmão, transgredira não só os valores cavaleirescos, ao desrespeitar traiçoeiramente tanto o tradicional circuito de autoridade masculina sobre a mulher da linhagem como também os próprios valores cristãos.

À luz desta intertextualidade, o grave pesar do imperador na narrativa “Dona Estevainha” é perfeitamente merecido, sintonizando com este *exemplum* adicional que é fornecido pela junção das duas narrativas. Mais uma vez, existe algo acima do poder monárquico: um ‘código cavaleiresco’ que deve nortear a correta ação de todos os bons nobres, inclusive o rei, afora um repertório de atitudes cristãs perfeitamente sintonizadas com este mesmo código cavaleiresco. Avaliando as duas narrativas em conjunto, por fim, deve ser considerado que o próprio imperador também realiza um circuito completo de afirmação e transgressão cavaleiresca.

A narrativa que acabamos de examinar contribui para a percepção de que – embora cada relato linhagístico possua um valor autônomo, graças ao qual pode ser apresentado como peça de espetáculo nos serões palacianos – existe também uma intertextualidade especial que o faz viver, remetendo um relato ao outro e com isto fazendo com que se revelem nas várias narrativas novos e mútuos sentidos com os quais se espera que o leitor-ouvinte esteja satisfatoriamente familiarizado. Esta rede de narrativas que constitui um ‘título linhagístico’, ou que o traspassa criando múltiplas associações entre os vários relatos dos demais títulos, termina por fazer de cada livro de linhagens uma narrativa maior, e depois por situá-lo em uma ainda mais ampla rede de intertextualidades com os demais nobiliários e crônicas ibéricas. Para além do livro, por fim, imersa neste grande circuito de oralidade que assimila cada relato e cada ‘versão de relato’ ao domínio popular, a narrativa já se torna de domínio público, perpetuando e recriando anedotas ou tragédias e fazendo de cada um de seus personagens um veículo para novas visões de mundo. Deste circuito não escapam sequer os governantes. E, neste particular, é a própria especificidade do poder régio que se vê reconstruída em cada relato e na complexa totalidade de narrativas.

Uma última observação deve ser colocada em relação aos dois relatos examinados. Nesta rede de *exempla*, é do problema da ‘intemperança’ que secretamente se fala. A ‘temperança’, tal como já ressaltamos, é a virtude básica discutida por este campo imaginário regido pelo gesto do misturar e pelo símbolo do coração. De fato, é por temperar mal o seu desejo sexual que o Imperador cobiça a irmã de um nobre por barregã, motivando nesta o assassinato que mergulha a sua descendência em uma tragédia a ser resgatada. Quanto ao nobre Fernão Rodrigues, é por temperar mal a sua ira que ele assassina a sua esposa inocente. Tivesse ele antes de esfaqueá-la concedido-

Ihe um minuto para a defesa, e o engano poderia ter sido esclarecido a tempo. Mas, curiosamente, é somente para a alcoviteira, a verdadeira culpada, que ele concede depois uma última chance de se explicar (“e perguntou-lha porque fizera tal feito. E ela lhe disse que fezera como maa. E ele mandou-a matar e queimar por aleivosa”). Mais do que incorrente no pecado da Ira, o nobre Fernão Rodrigues está ‘destemperado’, e paga por isto com a sua tragédia pessoal.

A percepção da intertextualidade possível entre os dois relatos atrás analisados leva-nos ainda a retomar, na sua aplicação prática, um conjunto anterior de considerações. Enfatizávamos, ao abordar as condições de produção dos livros de linhagem, que havia uma série de ‘estratégias editoriais’ a serem consideradas na passagem das versões orais das narrativas linhagísticas para as versões escritas que se viam interpostas nos interstícios das listas genealógicas dos nobiliários. Estas estratégias editoriais incluíam não apenas o ato de selecionar algumas narrativas e não outras, como também a própria maneira de dispor estas narrativas no interior do livro. Assim, duas narrativas reunidas em um título adquirem um vínculo. Remeter uma narrativa a outra, com um comentário interpolado, também cria interrelações imediatas.

No caso da narrativa sobre “O assassinato de Dona Estevainha” (LL 11A7) e da sua contraparte intertextual – a narrativa sobre a antepassada que assassina o irmão para se tornar barregã do imperador (LL 11A6) – ambos os relatos iluminam-se reciprocamente. Pode ser, por outro lado, que as duas narrativas constituíssem originalmente uma só em uma performance oral (a história de uma família em que uma mulher torna-se voluntariamente ‘sujeito de uma tragédia’ e em que sua descendente, no contra-retorno, torna-se objeto passivo de uma tragédia ainda maior). Neste caso, o ouvinte poderia fazer as relações imediatas ao ouvir uma narrativa como consequência da outra. A considerar esta hipótese, o nobiliário teria quebrado esta unidade com a interposição de outros fragmentos narrativos ou genealógicos (em parte para atender à necessidade de enumeração cronológica de outros elementos pertinentes à linhagem de que trata o título). Com isto, passa a ser exigido do leitor do nobiliário uma “competência textual” extra, pois ele deve ser capaz de perceber a interrelação entre os dois episódios, não mais apresentados em seqüência imediata.

Estamos aqui no âmbito de uma cumplicidade e de um código que deve ser estabelecido entre o autor do nobiliário e o seu leitor. A narrativa pressupõe agora, para a sua compreensão plena, a leitura criadora do leitor ‘iniciado’ nos meandros da intertextualidade linhagística. Este leitor é um tipo especial de nobre que se aprimora nos mecanismos de compreensão dos nobiliários, mas também no aprendizado do ideal cavaleiresco (em suas implicações teórico-práticas e seus modos de expressão literária), bem como no conhecimento acumulado de uma memória nobiliárquica que registra aqueles que melhor serviram a este ideal cavaleiresco ou que, ao contrário, o desserviram. O nobiliário estaria a propor, neste caso, um ‘modo de leitura’ e uma competência capaz de habilitar a este modo de leitura.

Sob este prisma, a leitura intertextual de uma narrativa como “O assassinato de Dona Estevainha” adquire novos sentidos: já não é mais de uma trágica fatalidade que tratamos, mas da realização de um plano superior de restabelecimento da justiça. A mega-narrativa composta pelo crime passionnal (LL 11C7) e pelo assassinato ancestral (LL 11A6) tornou-se agora um grande *exemplum*, para muito além daquele *exemplum* mais superficial que todos eram capazes de perceber com a leitura isolada, e a própria figura do imperador vê-se deslocada nesta leitura intertextual para o centro de um sofrido processo de aprendizado. Mas quem pode percebê-lo? A quem é concedida a possibilidade de mergulhar mais a fundo neste oceano onde se debatem os vários significados possíveis de um texto, para daí trazer, como um tesouro escondido, este sentido agora construído ao nível da constelação de narrativas capazes de serem conectadas com as chaves apropriadas?

Nem todos são igualmente capacitados para captar estas intertextualidades possíveis, mas apenas aqueles a quem foi permitido um investimento efetivo na leitura intensiva do Livro – esta que abre para este leitor a compreensão do texto linhagístico na sua totalidade, superando a leitura fragmentada de episódios isolados. Cria-se desta forma uma espécie de hierarquia de leitores (indo do mais ‘iniciado’ ao mero ‘leitor de superfície’). O acesso ao Livro, portanto, pode aqui ser utilizado como uma “oportunidade de poder”. Sobretudo aquele que detém o Livro – nobre ou rei – e que dá as cartas de seu acesso aos outros nobres, situa-se em um patamar superior na hierarquia de leitores-ouvintes dos nobiliários. Pode-se imaginar o poder cultural do Conde D. Pedro como entesourador do nobiliário que leva o seu nome (e do *Livro de Cantigas*).

Dando curso a esta conjectura, verificar-se-ia também uma separação hierárquica entre os ‘leitores’ intensivos do nobiliário e os meros ‘ouvintes ocasionais’, que participam de audições isoladas desta ou daquela narrativa linhagística. Similarmente aos ‘leitores intensivos’, os ‘ouvintes freqüentes’ (os que são sempre convidados para os mais importantes saraus palacianos ou senhoriais) detém maiores capacidades de conectar as peças do quebra-cabeças linhagístico do que os ‘leitores eventuais’ ou os ‘ouvintes ocasionais’ (estes que são convidados apenas para algumas reuniões). Quem controla a freqüência aos saraus, da mesma maneira que aqueles que controlam o acesso às páginas dos livros, situa-se analogamente no patamar mais alto. Entre todos eles, destaca-se naturalmente o rei, já que o seu paço trovadoresco é dentre todas as vitrines culturais do reino a mais cobiçada.

O último grupo de parágrafos constitui um pequeno sistema de conjecturas. Não podemos demonstrá-lo porque não existem fontes em que falem de suas práticas performáticas e concepções os próprios trovadores e narradores que freqüentam os saraus trovadorescos (a não ser o testemunho indireto destes “lugares de memória” que são as iluminuras) – e nem tampouco os patrocinadores e autores de nobiliários nos legaram qualquer documento que clarificasse este jogo de possibilidades de manipular o direito de conceder

acesso à leitura dos nobiliários. Da mesma forma, os ouvintes dos saraus trovadorescos e os leitores dos livros de linhagens não deixaram por escrito registros diretos das suas práticas de audição e leitura. Em todo o caso, fica estabelecido a nível conjectural esta preocupação em refletir sobre a dimensão criadora da recepção dos leitores-ouvintes.

Enfim, conforme foi visto, os “livros de linhagens” constituem gêneros textuais relacionados a contextos muito específicos, sujeitos às suas próprias redes de poderes e micropoderes. Surgidos no seio da nobreza medieval para perpetuar e valorar a ancestralidade aristocrática, os nobiliários ocuparam na Idade Média portuguesa um papel central tanto para o estabelecimento da identidade nobiliárquica e de um padrão cavaleiresco a ser seguido, como para a valorização de certas linhagens nobres em relação a outras. O tema do adultério, e da punição do adultério, em virtude de sua importância em um sistema cavaleiresco onde deve ser valorizada especialmente a questão da honra, adquire particular relevância em algumas narrativas como instrumento de valorização ou depreciação de determinadas linhagens através da ação de seus ancestrais.

BARROS, JOSÉ D’ASSUNÇÃO. THE ADULTERY IN THE TRAM OF THE ANCESTRAL BOOKS – A STUDY ABOUT THE GENEALOGIC NARRATIVES OF PORTUGUESE MIDDLE AGES

***Abstract:** This article examines, through an analysis of the narratives included in the Portuguese ‘ancestry books’ of the XIII and XIV, some questions referring to the knight’s imaginary and to the marriage relation intervened for the adultery. In the first part of the article, they are examined the relations between power, society and the text of the ‘ancestry books’. In the second part, the analysis is directed to specifically narratives which are crossed for the thematic of the adultery and his repression according the knight’s ethic and the aristocratic customs expressed by the literary reality of the ancestral medieval books. The employed methodology includes typical procedures of the semiotics’ analysis directed for the decipher of narrative structures.*

***Keywords:** medieval nobility; knight’s imaginary; adultery; ‘ancestry books’; genealogy.*

Referências

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. ed. José Mattoso. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: A.C.L., 1980.

Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”). ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980.

BARROS, José D’Assunção. *A Arena dos Trovadores – as representações das tensões medievais no cancionero medieval ibérico (Portugal e Castela, séculos XIII-XIV)*. Niterói: UFF, 1995. tese de mestrado

BARROS, José D’Assunção. *As três imagens do rei – O Imaginário Régio nos livros de linhagens e nas cantigas trovadorescas portuguesas (Portugal, séculos XIII-XIV)*. Niterói: UFF, 1999. tese de doutorado

BREMOND, Claude. *Logique du récit*. Paris: Seuil, 1973.

CERTEAU, Michel de. Lire un braconnage. In: *L’invention du quotidien*, I. Arts de faire, Paris : Union Générales d’Editions, 1980. p.279-296.

CHARTIER, Roger. Textos e edições: a ‘literatura de cordel’, In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.166-187.

CHARTIER, Roger. Textos Leituras e Impressos. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.121-139.

MANGUEL, A. *Uma História da Leitura*. São Paulo: CIA das Letras, 1997.

MATTOSO, José. Introdução. In: MATTOSO, J. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: A.C.L., 1980.

MATTOSO, José. As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro. In: *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987. p.57-100.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. S. Paulo: Perspectiva, 1979.